

PL do reajuste deve tramitar a partir desta semana

O PL 4363/12, de autoria do STF, está na Câmara dos Deputados desde 31 de agosto. Fruto do acordo firmado pela cúpula do Judiciário Federal, o projeto reestrutura a lei 11.416/06, que dispõe sobre o atual Plano de Cargos e Salários da categoria.

Pela proposta, a GAJ será calculada mediante a aplicação do percentual de 100% sobre o vencimento básico estabelecido na tabela enviada juntamente com o projeto, a ser implementado gradativamente em 2013, 2014 e 2015.

Assim, a gratificação passará de 50% para 72,5% a partir de janeiro de 2013; para 86,25% em janeiro de 2014; e para 100% e partir de janeiro de 2015.

Ao final o projeto beneficiará especialmente quem está em iní-

cio de carreira e/ou não tenha FC ou CJ. Ou seja, nesse sentido mantém a mesma lógica do projeto do PCS, de valorizar os servidores com menores vencimentos, apesar de os valores serem bem menores do que os do PCS.

Passagem em 3 Comissões

Na justificativa do PL 4363/12, o STF afirma que "a proposta visa extinguir a possibilidade de pagamento integral dos valores das Funções Comissionadas, níveis FC-01 a FC-06, cujo saldo orçamentário remanescente será utilizado para incrementar valores na primeira parcela da proposta de revisão do PCS".

O texto do STF explica, ainda, que "foram aglutinados os três padrões iniciais das classes de cada cargo das carreiras dos servidores do Poder Judiciário

da União de modo a elevar a remuneração dos servidores posicionados nos dois primeiros padrões de cada cargo".

Em entrevista à Fenajufe, o assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz (Toninho do Diap) explica que o projeto deve ser distribuído à Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara (Ctasp) nesta semana.

Segundo ele, o projeto, que pelo Regimento Interno da Casa terá que passar pelas mesmas três comissões do PL 6613/09 (Ctasp, CFT e CCJ), poderia ser votado diretamente no plenário da Câmara caso fosse apresentado requerimento de urgência, articulado pelos líderes partidários. Para isso, conforme Toninho, precisaria haver um acordo entre o STF e o governo federal.

Pressão da categoria precisa continuar

De acordo com assessor parlamentar Antônio Augusto Queiroz, como há previsão orçamentária para o projeto na proposta da LOA (Lei Orçamentária Anu-

al) de 2013, a categoria pode, e deve, pressionar o governo e o Legislativo para melhorar a forma de implementação do reajuste. "Os projetos [Judiciário e

MPU] já foram encaminhados com os percentuais previstos, mas o relator pode alterar a forma de implementação, antecipando parcelas ou melhorando o

percentual aplicado ao longo dos exercícios. Mas, para isso, é preciso uma forte pressão que garanta um acordo com o governo nesse sentido", disse Toninho, que também informou que se, ao final da implementação da revisão salarial, faltar recurso no orçamento destinado ao Judiciário, o governo pode enviar ao Congresso projeto de crédito suplementar.

Em relação ao PL 6613/09,

que tramita na Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o assessor afirma que ele deve continuar tramitando para que, na possibilidade de um acordo futuro, possa ser votado. Segundo Toninho, como o projeto é de outro poder, ele não corre o risco de ser arquivado de uma legislatura para outra, segundo o Regimento Interno da Câmara. "Manter o PCS em tramitação é uma forma de continuar pressionando o go-

verno por um reajuste melhor, que atenda de fato aos anseios da categoria. Nesse caso, é melhor que eles não sejam anexados aos novos projetos", ressalta Toninho.

De acordo com ele, a chance disso acontecer (anexação do PCS aos novos), no entanto, é pequena porque os PLs 6613/09 e 6697/09 (PCS do Judiciário e MPU) já foram aprovados na comissão de mérito, no caso a Ctas. *Da Fenajufe*

Greve conjunta barrou reajuste zero

Com a Greve encerrada na semana passada, a categoria garantiu a construção do sexto movimento grevista desde 2009, quando o PL 6613/09, o PCS, foi enviado ao Congresso Nacional. Santa Catarina foi destaque nacional por ser o quarto estado a entrar em Greve, fortalecendo desde o início a luta no país e realizando a maior Greve na Justiça Eleitoral na história de nosso estado, com adesão da maioria das Zonas Eleitorais no dia do "apagão" no Judiciário.

A Justiça Federal na Capital e em vários municípios do interior também destacou-se pela luta, assim com os servidores da Justiça do Trabalho, que fizeram paralisação diária de duas horas.

Ao todo, em nível nacional, foram uma Greve no final de 2009, duas em 2010, duas em 2011 e uma em 2012, oportunidade em que os lutadores da categoria mostraram à cúpula do Judiciário e ao Palácio do Planalto a disposição em permanecer na luta para reverter a política de congelamento sa-

larial, imposta ao conjunto do funcionalismo federal.

A Greve de 2012 tem um elemento político a mais, que pode defini-la como uma Greve histórica, que é o fato de ter sido realizada em conjunto com outras categorias dos servidores públicos.

Há muitos anos que não se via no país uma mobilização tão intensa, em que vários setores cruzaram os braços e colocaram, na agenda da presidenta Dilma, sua pauta de reivindicações. Até mesmo os veículos da grande imprensa não puderam ignorar a movimentação dos servidores.

Avanços na luta

No caso específico do Judiciário, apesar de todas as dificuldades, considerando que vários estados não conseguiram construir a Greve pelas mais variadas dificuldades, que vão desde o cansaço dos servidores ao receio das retaliações praticadas pelas Administrações nas últimas paralisações pelo PCS, sem dúvida alguma essa Greve garantiu avanços

importantes.

A Greve do Judiciário forçou o Executivo a sentar e negociar, ainda que seja uma proposta de reajuste que não atenda completamente às reivindicações dos servidores. A contraproposta do STF em cima do índice de reajuste apresentado pelo governo foi fruto da Greve.

No entanto, embora o projeto permita que ao final destes dois anos a tabela tenha reajuste com o aumento do percentual da GAJ (Gratificação Judiciária) para 100% e a diminuição de dois padrões da tabela salarial, beneficiando principalmente quem está em início de carreira e os que não tem FC ou CJ, é preciso também lutar para aprovar o PL 319/07, que institui o adicional de qualificação para os técnicos com formação superior, retomar a discussão de um Plano de Carreira efetivo do Judiciário Federal e manter a mobilização da categoria até a aprovação do PCS com o acompanhamento da tramitação do projeto no Congresso Nacional.